PROTÓCOLO

REGISTRO GERAL LEGISL.	
3987	29.00.93
Autuação: 02	fôlhas
Ass.	

Publique - se-Inclua - se em	na(s) sessão(s)
25	6/93
VITOR SAVIENZA - Presidente	

PROJETO DE LEI Nº 594, DE 1993.

Dispõe sobre a distribuição de preservativos em môtéis.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta:

FLS. N.º 01
PROC. 3987

Artigo 1º - A Secretaria da Saúde somente expedirá alvará de funcionamento para os motéis, no Estado de São Paulo, que distribuírem, gratuitamente, preservativos aos seus clientes.

§ 1º - Os motéis que já estiverem em pleno funcionamento até a data da vigência desta lei, terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta lei, para atender ao disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Não sendo cumprido o prazo estabelecido no parágrafo anterior o motel será multado, sem prejuízo da cassação do alvará.

Artigo 2º - A Secretaria da Saúde não renovará o alvará de funcionamento para os motéis que, após 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta lei, não cumprirem o disposto no "caput" do artigo 1º desta lei.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C A T I V A

A AIDS é um problema grave e todos nós sabemos. Mas, ela não é simplesmente um problema clínico, médico ou científico. Tem e sempre teve, desde o seu início, conseqüências bastante sérias do ponto de vista político, econômico e, principalmente, social.

A Organização Mundial de Saúde estabelece claramente três epidemias relacionadas à AIDS:

SAE
173283
24 JUN 1993

FLS. N.º 02
PROJ. 3983

1) A epidemia silenciosa, referente à sua propagação pelo sangue, esperma, secreção vaginal e leite materno, sem que medidas preventivas sejam tomadas. É a infecção de milhares de pessoas, sem que elas dêem conta de que isto está ocorrendo.

2) A epidemia clínica, médica e científica.

3) A epidemia social, do preconceito e da discriminação.

O projeto "AIDS E O DIREITO", do qual extraímos nos subsídios, do GAPA-Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS, se insere exatamente nesta terceira epidemia: a do preconceito, do descaso, da solidão. Uma epidemia que permeia muitas de nossas relações sociais.

Uma das formas mais absurdas da discriminação, em relação às pessoas com AIDS e soropositivas, é a perda da cidadania imposta pela sociedade.

Essas pessoas passam a não poder mais trabalhar, a não poder morar em suas casas, a não poder freqüentar locais públicos, enfim, a não conviver com a sociedade de forma plena.

Uma das maneiras de lutar contra isto é a defesa dos Direitos Humanos e de cidadania, respaldada na Lei, ou seja, no DIREITO. Na atual Constituição Brasileira, não há mais espaço para a discriminação e os direitos de qualquer cidadão têm que ser respeitados.

Acreditamos também que só iniciativas nas áreas legal e jurídica, não bastam por si só, mas, contribuem bastante. Portanto, tentamos, através desta iniciativa, contribuir, também, para a conscientização de toda nossa sociedade.

Por estes motivos submetemos aos nossos pares o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em

Divisão de Ordenamento Legislativo
1º de maio de 1993
28/6/93

GILSON MENEZES

Divisão de Ordem Legislativa
Sala de Trabalho
Publicidade Oficial
29/6/93

GAT - RSMP/as.

Nos termos do ITEM 3, Parágrafo único do artigo 152 da V /
consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em
pauta nos dias correspondentes às 191ª à 199ª Sessões
Ord (30/6 a 4 de 8 de 1993), não tendo
recebido — emendas e — substitutivos,
que seguem juntados às fls. de n.ºs — a —.

D. O. L. 5 / 8 / 1993

98

As Comissões de:
1) Cont. Teóricas e Jurídicas;
2) Saúde e Higiene.
25/ agosto 1993
[Signature]

EXPEDIENTE DAS COMISSÕES
ENTRADA
EM 11/8/93
[Signature]

ENTRADA
EM 11/08/93
[Signature]

o Senl.
com prazo
Celso Tomani
18 de 10 de 93
Presidente

JUNTADA
Segue juntada Paralela do Re-
LA 02 - CCJ
com 02 fls. numeradas a partir
de 03
S.C. 03109/93
[Signature]
SECRETÁRIO DE COMISSÃO